

O Proerd Fora de São Paulo: um Ensaio sobre Avaliações da Versão Brasileira do DARE/Keepin' it REAL em Minas Gerais

DANIEL VICTOR DE SOUSA FERREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

IGOR KAISER GOMES
FUNDAÇÃO DOM CABRAL

O Proerd Fora de São Paulo: um Ensaio sobre Avaliações da Versão Brasileira do DARE/Keepin' it REAL em Minas Gerais

1. INTRODUÇÃO

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) é uma das mais longevas e disseminadas iniciativas de prevenção ao uso de substâncias psicoativas no ambiente escolar brasileiro. Adaptado do modelo norte-americano DARE/Keepin' it REAL, o Proerd está presente em todos os estados da federação, sendo ministrado por policiais militares capacitados que atuam diretamente nas salas de aula, em parceria com escolas públicas e privadas. Apesar de sua capilaridade e do reconhecimento institucional que conquistou, o programa ainda carece de avaliações sistemáticas e contextualizadas que deem conta da sua complexidade e dos diferentes impactos que pode produzir na formação de crianças e adolescentes em realidades socioculturais distintas.

As principais evidências brasileiras disponíveis até o momento provêm de estudos localizados, restrito aos grandes centros urbanos, como São Paulo, com forte ênfase nos impactos relacionados à prevenção ao uso do álcool. Um exemplo são os estudos de Sanchez et al. (2021) e Valente e Sanchez (2021), utilizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para publicar uma nota classificando o Proerd como “não efetivo” (Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2023).

Esses estudos apontam desafios importantes, como a ausência de fidelidade metodológica por parte dos instrutores e a necessidade de uma maior adaptação cultural dos conteúdos aplicados em sala de aula (Z. Sanchez et al., 2021; J. Valente & Sanchez, 2021). No entanto, embora relevantes, não exploram os efeitos do Proerd sobre outras dimensões da formação juvenil, especialmente no interior brasileiro, como o fortalecimento da cidadania e os benefícios existentes da aproximação da comunidade escolar e a polícia. Especialmente onde a presença estatal é deficitária, a aplicação do Proerd é também uma oportunidade para fortalecer valores democráticos, como a participação social e a cidadania. É por motivos semelhantes que o Proerd teria deixado de utilizar o *slogan* “nossas crianças longe das drogas”, para utilizar o “ensinando a escolher uma vida segura e saudável”, mostrando ao público que o Proerd é mais do que um programa antidrogas (Magalhães et al., 2024).

Neste cenário, torna-se importante ampliar a lente de análise sobre o Proerd. Em um país de dimensão continental e com profundas desigualdades sociais, compreender seus impactos exige uma agenda de pesquisa que integre abordagens metodológicas

diversas, respeite as especificidades locais e vá além da lógica reducionista do “funciona ou não funciona”. Assim, para contribuir com esse esforço, **este ensaio teórico objetiva propor uma agenda de pesquisa para avaliar o Proerd, a partir do contexto mineiro.**

Embora sugeriram-se que as pesquisas sejam aplicadas em todo território brasileiro, especialmente aqueles fora dos grandes centros urbanos, optou-se, aqui, pelo Estado de Minas Gerais, devido a sua heterogeneidade territorial, sua diversidade cultural e, também, por possuir o maior número de municípios do país. Com algumas exceções, Minas Gerais é formado por pequenas cidades, basicamente rurais. No total são 853 municípios. O Estado também possui relevantes iniciativas no policiamento comunitário (Ferreira et al., 2022; Ferreira & Borges, 2020, 2021).

Mais do que avaliar o impacto direto do programa sobre a intoxicação alcoólica de jovens, a proposta aqui delineada pretende compreender o Proerd como uma política pública mais ampla e complexa, cujos efeitos se estendem para além do campo da saúde, alcançando dimensões relacionadas à segurança, à educação e à formação cidadã. Trata-se de investigar se o programa também atua como instrumento de fortalecimento das relações democráticas e da confiança entre a sociedade e o Estado, especialmente em regiões onde a presença das políticas públicas ainda é frágil. Ao final, espera-se oferecer subsídios teóricos, metodológicos e práticos para o aperfeiçoamento do programa e para a consolidação de uma cultura de avaliação baseada em evidências no âmbito das políticas públicas de prevenção.

2. O PROERD BRASILEIRO: UMA VERSÃO ADAPTADA DO DARE ESTADUNIDENSE

A prevenção ao uso de drogas entre crianças e adolescentes tem sido uma das principais estratégias de políticas públicas voltadas à promoção da saúde e da segurança. No Brasil, essa preocupação se materializou na implementação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), uma adaptação do programa estadunidense Drug Abuse Resistance Education (DARE). Lançado em 1983, o Dare já passou por reestruturações, dentre elas, a incorporação do Keepin' it REAL. Baseados nas teorias de aprendizado socioemocional e treinamento de resistência, o Proerd atualmente é amplamente disseminado e implementado como política pública no Brasil (Z. Sanchez et al., 2021; J. Valente et al., 2022).

Depois de questionamentos quanto à sua eficácia, o DARE, nos Estados Unidos, adaptou o programa incorporando a metodologia do Keepin' it REAL. Ligado a questões

mais amplas, para além das drogas, o DARE passou então ser considerado não apenas como um programa anti-drogas, mas a lidar também com questões relacionadas à cidadania, num aspecto mais amplo.

No Brasil, a partir dessa nova fase, o Proerd passou a ser acompanhado do termo “Caíndo na Real”, respondendo também às mudanças ocorridas no DARE estadunidense. Continuava a ser aplicado por policiais militares fardados, em sala de aula, mas era preciso agora fazer a inclusão de uma nova metodologia de aplicação. O que foi feito. A partir de Centros de Treinamentos credenciados pelo DARE americano, houve um nivelamento nacional. Esses treinamentos, sediados em algumas Polícias Militares dos Estados, foram responsáveis por treinar e atualizar os policiais militares instrutores do país nessa nova metodologia. Cada um dos Estados Brasileiros passaram por esse nivelamento. A propósito, o Estado de Minas Gerais tem um Centro de Treinamento importante. A Polícia Militar de Minas Gerais forma e atualiza policiais militares instrutores do Proerd por todo o país.

Como um dos programas educacionais de prevenção escolar mais antigos, de maior amplitude e capilaridade no país, o Proerd está presente em todos os Estados brasileiros (Massardi & Silva, 2013; Shamblen et al., 2014; Tasca et al., 2012). O programa não compõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas mobiliza policiais e escolas de todo o país, ocupando um espaço do currículo escolar. É amplamente adotado como uma iniciativa preventiva em escolas públicas e privadas. Treinados, policiais militares fardados em sala de aula ministram aulas às crianças e adolescentes, capacitando os alunos para resistir à pressão social associada ao consumo de drogas e a ter uma vida segura e responsável (Ferreira-Junior et al., 2022; Gusmoes et al., 2022; Gusmões et al., 2023; J. Valente et al., 2022; J. Y. Valente et al., 2024).

No entanto, a literatura mostra também que o Proerd é oferecido sem qualquer avaliação de eficácia (Ferreira-Junior et al., 2022; J. Valente et al., 2022). Alguns estudos consideram também que o programa falha ao não realizar uma adequada adaptação cultural (Ferreira-Junior et al., 2022; Gusmoes et al., 2022; Gusmões et al., 2023; Z. Sanchez et al., 2021; J. Valente & Sanchez, 2021; J. Y. Valente et al., 2024), levando instrutores a não se manter fieis ao programa, improvisando parte das aulas (Gusmoes et al., 2022; Gusmões et al., 2023; J. Y. Valente et al., 2024).

Com base nos estudos sobre a avaliação do Proerd de Sanchez et al. (2021) e Valente e Sanchez (2021), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) publicou em sua Plataforma de Evidência (website plataformadeevidencias.iadb.org) uma nota

apontando que as avaliações de impacto do Proerd, realizadas até então, indicavam resultados preocupantes, classificando o Proerd como não efetivo (Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2025). Nessa página *web* do BID, encontra-se também a Nota Metodológica do Inventário BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2023) com a apresentação do caso Proerd como um dos casos avaliados.

Ambos os estudos, mencionados pelo BID, apontaram a necessidade de adaptação cultural do programa (Z. Sanchez et al., 2021; J. Valente & Sanchez, 2021). Sanchez et al. (2021) avaliou a eficácia do Proerd na prevenção ao uso de drogas, mostrando que o Proerd não reduziu a iniciação ao uso de substância e, em alguns casos, reforçou o consumo de álcool. Neste estudo, verificou-se que os alunos do 7º ano que já consumiam álcool mantiveram esse padrão. Já em Valente e Sanchez (2021) verificou-se o esforço dos pesquisadores em avaliar os desfechos secundários do Proerd. O estudo mostrou que o Proerd melhorou a experiência escolar, mas fez aumentar a aceitação da maconha e a intenção do uso de cigarros.

A dimensão continental do Brasil, aliada à sua diversidade sociocultural e às disparidades socioeconômicas entre as regiões, impõe desafios complexos à formulação e implementação de políticas públicas preventivas padronizadas nacional e internacionalmente como o Proerd. No entanto, a aplicação do programa, como uma iniciativa do policial militar em parceria com as escolas, assume um papel que vai além da prevenção ao uso de drogas, torna-se um instrumento de fortalecimento da cidadania. No contexto brasileiro, onde a heterogeneidade de realidades urbanas e rurais, assim como as desigualdades sociais, influenciam diretamente a vulnerabilidade dos jovens ao envolvimento com substâncias psicoativas, o programa atua como um espaço de educação para a vida em sociedade, a partir da parceria estabelecida entre a polícia, a escola e as famílias.

Nesse sentido, a aproximação da polícia com a comunidade escolar reforça também um modelo de prática e organização da polícia denominado Polícia Comunitária (Ferreira et al., 2022; Frühling, 2007; Rosenbaum, 2012; Skolnick & Bayley, 2006; Trojanowicz & Bucqueroux, 1994). Tanto nas mais antigas democracias do mundo, quanto no recente processo de redemocratização do Brasil, as reformas das práticas policiais assumiram um importante papel. Era preciso uma perspectiva da segurança pública que alinhasse a atuação policial e os princípios democráticos, promovendo maior transparência, participação social e respeito aos direitos humanos.

Embora, o programa estadunidense DARE-Keepin' it REAL tenha tido avaliações que demonstram sua ineficácia como programa preventivo ligado ao uso de Drogas, o Proerd é adaptado e implementado no Brasil, logo não se deve ignorar o contexto social brasileiro mais amplo, incluindo suas diversidades. Por isso, é possível considerar que a literatura ainda carece de novas avaliações para a melhor compreensão do Proerd.

Modelos de policiamento, construídos a partir da proximidade com o público que atende, permite aos policiais militares instrutores do Proerd atuarem não apenas na prevenção do uso de drogas, mas sobretudo na Formação Juvenil, contribuindo para a construção de um ambiente seguro, pautado na cidadania e participação social. Nesse sentido, o Proerd se destaca, também, como uma importante ferramenta no policiamento comunitário, alinhado às reformas das práticas policiais e aos anseios da sociedade por participação e democracia.

É neste sentido que Magalhães et al. (2024) argumentam que o Proerd pode ser benéfico para a atividade de policiamento comunitário, promovendo a sensação de segurança e contribuindo para a qualidade de vida da comunidade. Segundo os autores, os impactos do programa vão além da mitigação de riscos associados ao uso de drogas, mas também fortalece o vínculo entre a comunidade e a polícia, consolidando uma cultura de prevenção, sensação de segurança, qualidade de vida e, portanto, melhoria dos serviços públicos de segurança.

Conforme apontado por Balestreri (1998), espera-se que os policiais militares, quando se relacionam com o público, devem assumir a função de pedagogos da cidadania. Essa função se torna ainda mais importante no ambiente escolar, sobretudo nas periferias, onde as políticas públicas têm maiores dificuldades de implementação. Esses lugares, embora recebam a atenção de boa parte das políticas públicas, sofrem com a ausência da figura humana, admitida unicamente pelos agentes do Estado. Uma presença que parece escassa, sobretudo para as crianças e adolescentes. É essa figura, da presença estatal, que o policial militar assume quando visita a comunidade escolar para planejar e aplicar o Proerd.

3. PERSPECTIVAS SOBRE A AVALIAÇÃO DO PROERD: UMA BUSCA PELAS PESQUISAS NACIONAIS

A consolidação do Proerd como principal programa de prevenção ao uso de drogas nas escolas brasileiras exige, cada vez mais, uma análise crítica sobre suas bases,

resultados e limitações. Nesta seção, busca-se apresentar o panorama das evidências já produzidas a respeito do programa, com ênfase nas abordagens adotadas pela literatura nacional e nos principais achados das avaliações realizadas. Ao sistematizar os estudos existentes, especialmente aqueles identificados em bases científicas de alto rigor, o objetivo é compreender os caminhos trilhados até aqui e os desafios que ainda persistem para a construção de políticas preventivas mais eficazes, contextualizadas e sustentáveis.

A prevenção ao uso de drogas no ambiente escolar é considerada uma prioridade na maioria dos países ocidentais. Há mais de duas décadas, Cuijpers (2002) já indicava o potencial dos programas preventivos para reduzir o consumo de substâncias entorpecentes entre adolescentes. No entanto, a maioria desses programas não apresentava eficácia comprovada, e ainda não havia critérios amplamente aceitos para determinar quais abordagens realmente funcionavam (Cuijpers, 2002).

Autores como Faggiano et al. (2008) destacam que intervenções escolares baseadas no desenvolvimento de habilidades demonstram maior efetividade na redução do consumo de maconha e drogas pesadas, quando comparadas a currículos escolares convencionais. Em uma revisão sistemática de 29 ensaios clínicos randomizados, os autores concluíram que tais intervenções também melhoram a tomada de decisão, a autoestima, a resistência à pressão dos colegas e o conhecimento sobre drogas. No início dos anos 2000, a literatura já apontava que métodos interativos, o modelo de influência social e a participação de líderes de pares eram elementos capazes de aumentar a efetividade dessas iniciativas (Cuijpers, 2002; Faggiano et al., 2008).

A partir de então, algumas pesquisas passaram a avaliar iniciativas brasileiras voltadas à prevenção do uso de drogas no ambiente escolar. Entre elas, destacam-se a aplicação de programas estrangeiros como Unplugged e o DARE; este que posteriormente incorporaria a metodologia do Keepin' it REAL. No Brasil, tais programas foram traduzidos como #Tamujunto e Proerd, respectivamente.

De modo geral, os estudos sobre o tema apontam que o DARE tem sido um dos programas de prevenção mais utilizados nos Estados Unidos, com poucas avaliações que demonstram sua eficácia como programa preventivo. A versão brasileira, Proerd, tem sido reconhecido como o programa de prevenção escolar mais difundido e amplamente implementado no Brasil (Ferreira-Junior et al., 2022; Gusmoes et al., 2022; Gusmões et al., 2023; J. Valente et al., 2022; J. Y. Valente et al., 2024), é o programa de prevenção ao uso de drogas e violência mais disseminado nas escolas brasileiras, mobilizando

policiais de todos os estados e ocupando espaço nobre no currículo escolar (J. Valente et al., 2022).

Embora o Proerd seja amplamente implementado como política pública no Brasil, ainda carece de avaliações mais abrangentes. Parte dos estudos mostra uma necessidade de adaptação cultural (Ferreira-Junior et al., 2022; Z. Sanchez et al., 2021; J. Valente & Sanchez, 2021; J. Y. Valente et al., 2024) e outros apontam a realização de alterações curriculares realizadas pelos próprios policiais militares instrutores, comprometendo a fidelidade metodológica do programa, sob justificativas ligadas à dificuldades escolares, à falta de infraestrutura e à realidade cultural (Gusmoes et al., 2022; Gusmões et al., 2023).

Além disso, um aspecto crítico a ser melhor compreendido é a possibilidade de efeitos iatrogênicos do Proerd, ou seja, consequências não intencionais que podem contrariar os objetivos do programa. Pesquisas recentes indicam que algumas abordagens preventivas podem, em vez de reduzir o consumo de drogas, despertar a curiosidade dos jovens sobre substâncias ilícitas aumentando o uso (Z. Sanchez et al., 2021; J. Valente & Sanchez, 2021) o que torna a prevenção ineficaz ou até mesmo contraproducente. Esse fenômeno já foi observado também em programas como o # Tamujunto (Z. Sanchez et al., 2018; Z. M. Sanchez et al., 2017; J. Valente et al., 2019), sugerindo que o simples ato de tratar do assunto drogas pode influenciar as percepções e comportamentos dos alunos diante das curiosidades que o tema pode despertar.

No contexto do Proerd e de programas preventivos, a lógica parece se assemelhar ao Efeito Werther e ao Efeito Papageno (Jonas, 1992; Niederkrotenthaler et al., 2010; Stack, 1990; Wasserman, 1984). Se a abordagem sobre drogas e violência não for bem estruturada e cuidadosa, pode acabar despertando curiosidade e produzindo um efeito contrário ao esperado (iatrogenia). Ao mesmo tempo, se o tema for completamente ignorado, pode-se perder a oportunidade de promover estratégias eficazes de prevenção e fortalecimento da resiliência dos jovens. Portanto, não falar no tema pode ser uma forma de prevenção em determinadas circunstâncias, mas o ideal é que o assunto, quando necessário, seja abordado de forma cuidadosa, com foco em soluções, redes de apoio e fatores protetivos, para evitar tanto o efeito Werther quanto a falta de acesso à informação e suporte.

Os estudos que analisaram o Proerd foram concentrados em um público específico, majoritariamente em grandes capitais, com destaque para São Paulo (vide Z. Sanchez et al., 2021; J. Valente & Sanchez, 2021). Essa limitação geográfica restringe a

compreensão dos impactos do programa em contextos regionais diversos, especialmente em estados como Minas Gerais, cuja extensão territorial e diversidade sociocultural podem influenciar significativamente os resultados das intervenções preventivas. Diante disso, torna-se essencial ampliar essa abordagem, incluindo não apenas as regiões metropolitanas, mas também o interior do estado, e incorporando métodos de avaliação mais abrangentes, que permitam uma análise mais contextualizada e representativa dos efeitos do programa.

Tais estudos foram conduzidos majoritariamente em contextos urbanos específicos, sem considerar a diversidade cultural e social do Brasil. Dessa forma, a presente pesquisa busca avançar nesse debate ao investigar se o Proerd, ao longo dos anos, apresenta impactos diferenciados dependendo do contexto social e regional. Em um Estado como Minas Gerais, onde há grandes variações socioeconômicas e culturais, é fundamental compreender se a metodologia do programa está sendo aplicada de maneira eficaz e se há necessidade de ajustes para evitar efeitos indesejados.

Além da avaliação quantitativa, torna-se necessário compreender como o Proerd pode impactar outras esferas da vida dos alunos, indo além da prevenção ao uso de drogas e atuando como um programa de fortalecimento da cidadania. Estudos anteriores se concentraram na análise de indicadores objetivos, mas não exploraram aspectos mais subjetivos, como a influência do programa na construção de redes de apoio social, na redução da vulnerabilidade juvenil e na formação de valores de cidadania.

Dessa forma, na próxima seção apresenta-se uma agenda de pesquisa que pretende preencher essa lacuna na literatura ao realizar uma avaliação abrangente do Proerd em Minas Gerais. Diferente dos estudos anteriores, que se concentraram em grandes centros urbanos, esta investigação pretende analisar o impacto do programa em múltiplos contextos, incluindo municípios menores e regiões com realidades socioeconômicas distintas. Isso representa um avanço metodológico significativo, pois permitirá entender se o Proerd pode atuar de maneira mais ampla, além da prevenção ao uso de drogas, mas também como um programa de promoção social e prevenção de diversas formas de vulnerabilidade.

Em síntese, embora o Proerd seja amplamente disseminado no território brasileiro e reconhecido como a principal política pública de prevenção ao uso de drogas em escolas, os estudos existentes revelam lacunas significativas quanto à sua efetividade, especialmente em contextos regionais distintos. A predominância de avaliações quantitativas, centradas em grandes capitais, e a escassez de abordagens mais sensíveis

às especificidades locais indicam a necessidade de novas investigações. Com base nesse diagnóstico, a próxima seção propõe uma agenda de pesquisa que busca avaliar o Proerd em Minas Gerais de forma mais abrangente e contextualizada, integrando diferentes métodos e abordagens para oferecer subsídios concretos à formulação e aprimoramento de políticas públicas preventivas.

4. O PROERD EM MINAS GERAIS: PROPOSTAS E DELINEAMENTOS DE UMA AGENDA DE PESQUISA

Diante das limitações identificadas na literatura nacional e da necessidade de avaliações mais contextualizadas, esta seção propõe uma agenda de pesquisa voltada à análise aprofundada do Proerd em Minas Gerais. A proposta parte do reconhecimento de que, apesar da ampla implementação do programa, ainda há carência de estudos que integrem múltiplas metodologias, considerem as especificidades regionais e contribuam para o aprimoramento das políticas públicas preventivas no ambiente escolar. Ao apresentar os objetivos, os eixos analíticos e a abordagem metodológica do estudo, busca-se delinear um caminho para a produção de evidências aplicadas, capazes de subsidiar a gestão pública e fortalecer a cultura de policiamento baseado em evidências na Polícia Militar de Minas Gerais.

Sugere-se, então, que a pesquisa analise os impactos do Proerd na formação juvenil no estado, integrando abordagens quantitativas e qualitativas. Ofereceria, assim, uma avaliação rigorosa, sistemática e contextualizada, com potencial para gerar avanços significativos na gestão de políticas públicas de prevenção e promoção do desenvolvimento juvenil. Desse modo, pretende-se identificar fatores associados aos êxitos e limitações do programa, considerando as diversidades socioeconômicas, culturais e regionais de Minas Gerais.

A operacionalização da pesquisa exigirá apoio da organização policial envolvida para garantir a qualidade técnica e a efetiva aplicação prática dos resultados. Será necessário executar uma série de atividades práticas articuladas entre si, abrangendo desde a coleta e análise de dados até o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e ações de capacitação. Essas atividades contemplam o mapeamento das escolas, o tratamento estatístico de dados educacionais e policiais, a realização de trabalho de campo com abordagem etnográfica, a construção de indicadores de eficácia e o desenvolvimento de um Produto Técnico-Tecnológico (PTT) para monitoramento contínuo.

Nesse sentido, diversos problemas de pesquisa são possíveis de serem respondidos ao longo da investigação, considerando tanto os aspectos objetivos quanto subjetivos relacionados à implementação do Proerd em Minas Gerais. Ao aliar métodos quantitativos e qualitativos, busca-se compreender os efeitos do programa não apenas sobre indicadores tradicionais de prevenção ao uso de drogas, mas também sobre aspectos formativos mais amplos da experiência escolar.

A diversidade cultural das regiões mineiras muitas vezes exige dos instrutores uma flexibilização do conteúdo para melhor se adequar ao público atendido. Estas perguntas investigam quais são essas adaptações, seja na linguagem, nos exemplos utilizados ou nas dinâmicas de aula, e analisa se elas fortalecem ou comprometem a efetividade do programa. Embora adaptações possam tornar o conteúdo mais acessível e próximo da realidade dos alunos, há o risco de desvio dos objetivos centrais do Proerd. Avaliar esse equilíbrio é essencial para ajustar o programa a diferentes realidades sem perder sua base metodológica.

Também é possível reconhecer o Proerd como parte de uma estratégia mais ampla de policiamento comunitário, na medida em que promove a aproximação entre a polícia e a comunidade escolar. Busca-se, com estas perguntas, compreender se a atuação do policial no ambiente educacional fortalece vínculos de confiança, fomenta a participação social e amplia a legitimidade da atuação policial. Ao investigar essa contribuição, será possível verificar se o programa reforça os princípios do policiamento comunitário e se pode ser considerado uma política pública de segurança cidadã, com foco na prevenção e na construção de comunidades mais seguras e cooperativas.

Além dos efeitos sobre os estudantes, também é possível, e relevante, compreender como o Proerd impacta o próprio policial militar envolvido na sua implementação. Estas propostas buscariam investigar se a atuação do policial militar, como instrutor do Proerd, contribui também para o seu próprio desenvolvimento profissionais, suas competências pedagógicas, comunicativas e relacionais, ampliando sua capacidade em lidar com situações sociais complexas, especialmente no contato com crianças, adolescentes, famílias e escolas. A hipótese é que, ao vivenciar práticas educativas e preventivas, o policial desenvolve uma compreensão mais ampla do seu papel social, incorporando habilidades que podem ser úteis também em outros contextos da sua atuação profissional.

Uma dimensão frequentemente relatada por instrutores do Proerd e professores da educação básica é o impacto duradouro do programa na trajetória de vida dos alunos,

especialmente na identificação positiva com a figura do policial militar (Magalhães et al., 2024). A hipótese é que a convivência direta com policiais instrutores, o ambiente de confiança estabelecido nas aulas e a valorização dos princípios de cidadania e serviço público promovidos pelo Proerd contribuem para a formação de referências profissionais positivas, despertando vocações e inspirando projetos de vida voltados ao serviço público e à segurança pública.

Magalhães et al. (2024) sugere que o Proerd poderia ter incentivado alunos a se tornarem policiais. Segundo os autores, a maioria dos aprovados no concurso público para admissão de novos soldados, numa cidade do interior de Minas Gerais, tinham sido alunos do Proerd quando crianças. Por isso, os autores questionam sobre quais as características do trabalho policial teriam sido mais cobiçadas por esses alunos.

Abaixo, apresentam-se uma série de perguntas que poderão nortear a investigação empírica. Essas perguntas não apenas aprofundam a compreensão sobre os impactos do Proerd, mas também sinalizam caminhos para aprimoramento do programa, subsidiando decisões estratégicas e políticas públicas no âmbito da prevenção escolar.

Quadro 1 - Propostas para Perguntas de Pesquisa

Quais os efeitos do Proerd sobre indicadores de violência escolar?
Como o Proerd influencia a formação de valores cívicos e democráticos entre os alunos?
Há diferenças nos impactos do Proerd entre contextos urbanos e rurais?
O ambiente promovido pelo entretenimento noturno, típicos dos aglomerados urbanos, impactam as políticas públicas de combate ao uso do álcool?
Quais os desafios enfrentados pelos policiais militares instrutores na implementação fiel do programa?
De que modo a atuação do policial instrutor influencia a percepção dos estudantes sobre cidadania e segurança?
Quais adaptações culturais os instrutores realizam no Proerd e como essas adaptações afetam sua efetividade?
O Proerd contribui para o fortalecimento do modelo de policiamento comunitário nas escolas mineiras?
O Proerd desenvolve habilidades de policiais militares em seu exercício profissional?
Os alunos do Proerd compreendem melhor o papel do Estado e da polícia?
O aluno do Proerd compreende melhor o seu papel e o papel de cada uma das instituições envolvidas na melhoria das políticas públicas de segurança?
O Proerd influencia na escolha profissional de alunos na vida adulta?

Fonte: autoria própria.

Alguns desafios e limitações devem ser considerados. Em primeiro lugar, a dificuldade de isolar o impacto exclusivo do Proerd, uma vez que múltiplos fatores externos podem influenciar os desfechos analisados, como o ambiente familiar, contexto socioeconômico e políticas educacionais paralelas. Além disso, a qualidade e a completude dos registros administrativos podem variar, exigindo um esforço rigoroso de padronização e depuração dos dados. A coorte prospectiva dependerá do acompanhamento contínuo dos alunos ao longo do tempo, o que pode enfrentar desafios logísticos e metodológicos, especialmente na manutenção do contato com os

participantes. No que tange à pesquisa qualitativa, a subjetividade das percepções pode influenciar os resultados, tornando fundamental a triangulação de fontes e a aplicação de técnicas rigorosas de análise qualitativa.

Apesar desses desafios, estes estudos têm o potencial para preencher lacunas na literatura e contribuir significativamente para o aprimoramento das políticas de prevenção escolar no Brasil. Ao oferecer uma avaliação mais robusta e contextualizada do Proerd, espera-se não apenas validar ou reformular suas estratégias, mas também sugerir diretrizes para a implementação de novas práticas. Dessa forma, os estudos não apenas avançam na compreensão sobre programas preventivos no ambiente escolar, mas também fortalece o papel da gestão pública na promoção da segurança e do bem-estar da juventude brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Proerd é, sem dúvidas, o maior programa preventivo em atuação, que as polícias militares brasileiras têm junto às escolas, e o de maior capilaridade, abrangendo uma extensa rede de escolas em todos os Estados brasileiros. Além disso, trata-se de uma iniciativa de baixo custo, o que reforça ainda mais a importância de uma gestão eficiente e orientada por dados concretos, além de contextualizada, garantindo a maximização de seus impactos positivos.

Diante da relevância do tema e da escassez de avaliações sistemáticas sobre o Proerd no Brasil, este ensaio propôs uma agenda de pesquisa que articulasse abordagens quantitativas e qualitativas, com o objetivo de compreender, de forma mais ampla e fundamentada, os benefícios e os desafios da implementação do programa no país. Essa agenda partiu de um levantamento crítico das evidências já produzidas e da literatura científica existente, buscando avançar na produção de conhecimentos aplicados e alinhados às demandas das políticas públicas de prevenção.

A agenda de pesquisa proposta tem o potencial de avançar para além dos grandes centros urbanos, incorporando municípios menores e contextos socioeconômicos diversos, a partir de avaliações sistemáticas contínuas. Por isso, será possível investigar os impactos do programa não apenas na prevenção ao uso de drogas, mas também na promoção social e na prevenção de múltiplas vulnerabilidades, contribuindo para a consolidação de políticas públicas mais eficazes e baseadas em evidências.

Ao adotar uma abordagem multimétodos, combinando técnicas quantitativas e qualitativas, a agenda de pesquisa apresentada neste artigo ofereceu uma análise mais

contextualizada dos impactos do Proerd. Além da análise de registros administrativos e estatísticas criminais, a etapa qualitativa poderia incluir observações e entrevistas com policiais instrutores, alunos e comunidade escolar, buscando compreender as percepções dos envolvidos e as possíveis adaptações realizadas no programa.

Diferente dos estudos anteriores, que se concentraram em grandes centros urbanos, como São Paulo, sugere-se que estas investigações analisem o impacto do Proerd em múltiplos contextos, incluindo municípios menores e regiões com realidades socioeconômicas distintas. Isso representa um avanço metodológico significativo, pois permitirá entender se o Proerd pode atuar de maneira mais ampla, além da prevenção ao uso de drogas, mas também como um programa de promoção social, prevenção das diversas formas de violência e conscientização cidadã.

Em um país de dimensão continental e com desafios sociais complexos, compreender como o Proerd pode impactar a formação juvenil representa um grande desafio. A agenda de pesquisa aqui apresentada oferece caminhos metodológicos e analíticos alinhados às realidades das crianças e adolescentes brasileiros, sobretudo longe dos grandes centros urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balestreri, R. B. (1998). *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. Paster Editora, CAPEC.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2023). Inventário BID - Nota Metodológica. *BID, v. 1*.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2025). *Programa de Educação de Resistência ao Abuso de Drogas (PROERD) | Plataforma de Evidências*. <https://plataformadeevidencias.iadb.org/index.php/pt-br/casos-avaliados/programa-de-educacao-de-resistencia-ao-abuso-de-drogas-proerd>
- Cuijpers, P. (2002). Effective ingredients of school-based drug prevention programs. A systematic review. *Addictive Behaviors, 27* (6), 1009–1023. [https://doi.org/10.1016/S0306-4603\(02\)00295-2](https://doi.org/10.1016/S0306-4603(02)00295-2)
- Faggiano, F., Vigna-Taglianti, F., Versino, E., Zambon, A., Borraccino, A., & Lemma, P. (2008). School-based prevention for illicit drugs use: a systematic review. *Preventive Medicine, 46* (5), 385–396. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2007.11.012>

- Ferreira, D. V. de S., & Borges, J. F. (2020). O Policiamento Comunitário como uma Prática Social e o Gerencialismo na Segurança Pública: Análises de uma Unidade Operacional da Polícia Militar. *Revista Eletrônica de Administração*, 26(3), 642–672.
- Ferreira, D. V. de S., & Borges, J. F. (2021). Policiamento Comunitário: Dicotomias e Imagens Fraturadas nas Práticas de Segurança Pública. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(3).
- Ferreira, D. V. de S., Rossoni, L., & Oliveira, C. R. de. (2022). Lógicas institucionais do policiamento comunitário: esquema analítico e agenda de pesquisa para o contexto brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 56(1), 134–162.
- Ferreira-Junior, V., Valente, J., Andreoni, S., & Sanchez, Z. (2022). Effectiveness of D.A.R.E/Keepin' it REAL bullying prevention program among Brazilian students. *Journal of Adolescence*. <https://doi.org/10.1002/jad.12115>
- Frühling, H. (2007). The Impact of International Models of Policing in Latin America: The Case of Community Policing. *Police Practice and Research*, 8(2), 125–144.
- Gusmões, J. D., García-Cerde, R., Valente, J. Y., Galvão, P. P. de O., & Sanchez, Z. M. (2023). Why and how PROERD instructors adapt the program during its delivery: an implementation research. *Drugs: Education, Prevention and Policy*, 31(5), 595. <https://doi.org/10.1080/09687637.2023.2262098>
- Gusmoes, J. D., Garcia-Cerde, R., Valente, J. Y., Pinsky, I., & Sanchez, Z. M. (2022). Implementation fidelity of a Brazilian drug use prevention program and its effect among adolescents: a mixed-methods study. *Substance Abuse: Treatment, Prevention, and Policy*, 17(1), 1–12. <https://doi.org/10.1186/S13011-022-00496-W/TABLES/6>
- Jonas, K. (1992). Modelling and suicide: A test of the Werther effect. *British Journal of Social Psychology*, 31, 295–306. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8309.1992.tb00974.x>
- Magalhães, D. O., Souza, D. B. de, & Ferreira, D. V. de S. (2024). O Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) e o Curso de Formação de Soldados: por uma geração de pedagogos da cidadania. *Management in Perspective*, 5(3), 32–54. <https://doi.org/10.14393/MIP-V5N3-2024-73242>

- Massardi, W. de O., & Silva, E. T. da. (2013). Análise das implicações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: o caso das escolas públicas de Ubá. *Gestão Contemporânea*, 10(13), 149–164.
- Niederkrotenthaler, T., Voracek, M., Herberth, A., Till, B., Strauss, M., Etzersdorfer, E., Eisenwort, B., & Sonneck, G. (2010). Role of media reports in completed and prevented suicide: Werther v. Papageno effects. *The British Journal of Psychiatry*, 197, 234–243. <https://doi.org/10.1192/bjp.bp.109.074633>
- Rosenbaum, D. P. (2012). A Mudança no Papel da Polícia: Avaliando a transição para Policiamento Comunitário. In J.-P. BRODEUR (Ed.), *Como reconhecer um bom policiamento*. EdUSP.
- Sanchez, Z. M., Valente, J. Y., Sanudo, A., Pereira, A. P. D., Cruz, J. I., Schneider, D., & Andreoni, S. (2017). The #Tamojunto Drug Prevention Program in Brazilian Schools: a Randomized Controlled Trial. *Prevention Science : The Official Journal of the Society for Prevention Research*, 18(7), 772–782. <https://doi.org/10.1007/S11121-017-0770-8>
- Sanchez, Z., Valente, J., Gusmoes, J., Ferreira-Junior, V., Caetano, S., Cogo-Moreira, H., & Andreoni, S. (2021). Effectiveness of a school-based substance use prevention program taught by police officers in Brazil: Two cluster randomized controlled trials of the PROERD. *The International Journal on Drug Policy*, 98, 103413. <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2021.103413>
- Sanchez, Z., Valente, J., Sañudo, A., Pereira, A., Schneider, D., & Andreoni, S. (2018). Effectiveness evaluation of the school-based drug prevention program #Tamojunto in Brazil: 21-month follow-up of a randomized controlled trial. *The International Journal on Drug Policy*, 60, 10–17. <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2018.07.006>
- Shamblen, S., Courser, M., Abadi, M., Johnson, K., Young, L., & Browne, T. (2014). An international evaluation of DARE in São Paulo, Brazil. *Drugs: Education, Prevention and Policy*, 21, 110–119. <https://doi.org/10.3109/09687637.2013.779640>
- Skolnick, J. H., & Bayley, D. H. (2006). *Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo*. EdUSP.

- Stack, S. (1990). A reanalysis of the impact of non celebrity suicides. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 25, 269–273.
- Tasca, J. E., Ensslin, L., & Ensslin, S. R. (2012). A avaliação de programas de capacitação: Um estudo de caso na administração pública. *Revista de Administracao Publica*, 46(3), 647–675.
- Trojanowicz, R., & Bucqueroux, B. (1994). *Policiamento Comunitário: como começar*. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
- Valente, J., Cogo-Moreira, H., & Sanchez, Z. (2019). Decision-making skills as a mediator of the #Tamojunto school-based prevention program: Indirect effects for drug use and school violence of a cluster-randomized trial. *Drug and Alcohol Dependence*, 107718. <https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2019.107718>
- Valente, J., De Oliveira Galvão, P. P., Gusmões, J. D. S. P., & Sanchez, Z. (2022). A systematic review of the effect of the school-based drug prevention program Keepin' it REAL: translated and implemented in Brazil by PROERD. *Ciencia & Saude Coletiva*, 27 11, 4175–4189. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222711.07162022>
- Valente, J., & Sanchez, Z. (2021). Short-Term Secondary Effects of a School-Based Drug Prevention Program: Cluster-Randomized Controlled Trial of the Brazilian Version of DARE's Keepin' it REAL. *Prevention Science*. <https://doi.org/10.1007/s11121-021-01277-w>
- Valente, J. Y., Franciosi, B., Garcia-Cerde, R., Pietrobon, T., & Sanchez, Z. M. (2024). Addressing the needs for cultural adaptation of DARE-keepin' it REAL among Brazilian students: strategies to improve implementation. *Substance Abuse: Treatment, Prevention, and Policy*, 19(1), 1–14. <https://doi.org/10.1186/S13011-024-00630-W/TABLES/3>
- Wasserman, I. M. (1984). Imitation and Suicide: A Reexamination of the Werther Effect. *American Sociological Review*, 49(3), 427–436. <http://www.jstor.org>URL:<http://www.jstor.org/stable/2095285>